

Um pensamento limítrofe poderia apostar na certeza de que a insistência no limite não o ultrapassa, nem vai aquém/além, como muitas vezes refere Maciel, mas sim o reforça, o distende um pouco mais. Como na forma derridiana, seguir assim é testar os limites e provar que a *bestice* é, primordialmente, somente humana, desse animal autobiográfico que ocupa tal espaço como o único animal autobiografável, mas, ao mesmo tempo, pela insistência radical *no* paradigma, poder testá-lo e abri-lo ao futuro. De certa forma, ainda que tudo isso se anuncie, mesmo recaindo em certezas paradigmáticas de algo antigo (a boa fé na literatura), os estudos de Maciel parecem apontar caminhos, ainda vindouros, cuja aposta se continua vendo com bons olhos, pelo não feito, não apostado, não insistido.

*Fabio Pomponio Saldanha*

[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_14\\_15](https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_15)

**ALÉM DO PARADIGMA:  
(SOBRE O LEGADO DE THOMAS KUHN).**

**Nabil Araújo**

**Rio de Janeiro: EdUERJ. 2022**

**150 páginas, ISBN 978-85-7511-570-1**

Há um horizonte de tempo em que um texto esgota o que tem a dizer? Tornou-se clássica, e com isso quase um clichê, a famosa frase de Italo Calvino (1993:11): “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. Para textos literários,

é quase um consenso entre especialistas e não especialistas que o “tempo” (essa entidade estranha) pode fazer um texto falar, ou calar. O mesmo é válido para textos filosóficos? A mais recente obra de Nabil Araújo, *Além do paradigma: Sobre o legado de Thomas Kuhn*, lançada em 2022 pela EdUERJ, ano do centenário de nascimento de Thomas Kuhn e de 60 anos da primeira publicação de *As estruturas das revoluções científicas* [1962] (doravante *Structure*), parece não assumir o aforismo de Calvino como um pressuposto, mas, precisamente, como uma questão, uma interrogação, um problema a ser abordado. A consagrada obra de Thomas Kuhn, após e ao longo de 60 anos desde sua publicação, ainda diz algo? Ainda tem algo a dizer? Se há, qual é o legado de Thomas Kuhn?

Um ponto de partida da obra de Araújo (2022) e, diríamos, um de seus pontos altos, é que, para responder a essa questão, o autor não se posiciona como um filósofo ou um historiador da ciência, como se esperaria em um primeiro momento, mas privilegiadamente como um teórico da literatura. A circunscrição disciplinar, embora não seja restritiva, mas, ao contrário, um dos elementos de ampliação do debate, é iluminadora tanto do tipo de leitura a que a obra de Kuhn é submetida quanto do raio de alcance da fortuna crítica mobilizada por Araújo (2022), que extrapola em muito a filosofia anglo-saxã para alcançar as ciências sociais, as humanidades e os estudos literários,

sem ignorar, contudo, a bibliografia “canônica” dedicada à *Structure*, o que explica a mobilização de autores tão diversos (frequentemente postos lado a lado, em diálogo) como Thomas Kuhn e Jacques Derrida, Ian Hacking e Clifford Gertz, Imre Lakatos e Hayden White, John Horgan e Giorgio Agamben ou, ainda, para nos aproximarmos dos estudos literários, Eduardo Prado Coelho e Luiz Costa Lima.

Nessa toada transdisciplinar, em um ponto em que história da ciência e história da literatura se encontram em uma instigante convergência, predomina um tipo de orientação cara a Araújo enquanto teórico, não apenas no trabalho ora resenhado, mas enquanto traço transversal em toda a sua obra: a análise textual cerrada (*close reading*), não do tipo lógico-formal, mas do tipo retórico-poética, essa embasada tanto por um pressuposto metodológico de “escrita da leitura”, no sentido consagrado por Roland Barthes (1988), quanto por um pressuposto ético da leitura, na esteira de Jacques Derrida (2005), questões já discutidas por Araújo (2013, 2014) em textos anteriores. Ambos os pressupostos, ético e metodológico, se, por um lado, aparecem explicitamente apenas em passagens específicas de *Além do paradigma*, avultam na obra como um pano de fundo em que a própria escrita de Araújo (enquanto leitura) não é um componente instrumental de exposição da análise, mas ela mesma um elemento estrutural para compreender os rumos

da argumentação e mesmo certos elementos estilísticos do texto, como a riqueza de citações, o uso da paráfrase e a ocorrência quase simultânea de comentário e interpretação, deixando entrever, desse modo, certa forma de fazer teoria e historiografia. Visto dessa perspectiva, o interesse pela obra de Kuhn não denota mera curiosidade bibliográfica ou exercício de erudição, mas uma proposição crítica de leitura da *Structure* e de suas leituras subsequentes, gesto que põe em questão a “recepção hegemônica em torno da questão do ‘paradigma’ e (...) [a] normalização da leitura da *Structure*” (Araújo, 2022:15) e que, por sua vez, coloca em jogo modos de fazer e de ler (usar?) teoria, sobretudo no âmbito dos estudos literários, ainda que possa ser igualmente produtiva para áreas como a história da filosofia ou a teoria da história, por exemplo.

*Além do paradigma* pode ser dividida, por assim dizer, em dois “miolos”, sem comprometer sua unidade formal e argumentativa: o legado histórico do paradigma e o (possível) legado para além do paradigma. Os dois primeiros capítulos concentram-se no primeiro “miolo”, ecoando o subtítulo do volume: “Sobre o legado de Thomas Kuhn”, enquanto o terceiro capítulo ecoa o título propriamente dito: “Além do paradigma”. Conforme argumenta Araújo (2022: 14) no *Preâmbulo* do volume: “O legado de Tomas

Kuhn, qualquer que seja ele, não poderia residir, em suma, senão nesse

entre-lugar que a um só tempo separa e une a escrita e a leitura de *A estrutura das revoluções científicas*<sup>1</sup>.

O Capítulo 1, intitulado “Legado: perturbação”, é composto por 5 subseções, nas quais um traço importante pode ser identificado: duas delas são intituladas com frases interrogativas (a primeira: “Pode-se escolher o legado de um autor?”; e a terceira: “Fazer justiça a Kuhn?”) e outras duas (a segunda e a quarta) são finalizadas por questões. Esse dado, aparentemente casual ou acidental, carrega, contudo, o cerne do capítulo e uma das questões centrais da obra em geral, isto é, o legado de Thomas Kuhn como problema, como pergunta, como interrogação. Araújo (2022), nesse sentido, não aborda o legado do filósofo como algo dado, apenas a ser enunciado e discutido, o que afasta a “(...) convicção de que um legado, em existindo efetivamente, ao modo de alguma coisa que é herdada por alguém, afigura-se como um fato, ou dado objetivo, não podendo, como tal, ser ‘escolhido’, e sim, no máximo, aceito ou recusado” (Araújo, 2022:18). A abordagem do legado como problema em si mesmo implica não apenas “revisar” a bibliografia dedicada à obra de Kuhn, mas também, e sobretudo, fazer uma leitura da *Structure* de Kuhn, de textos posteriores do próprio Kuhn e de sua bibliografia “legatária”, vendo aí algo como um cenário de disputas, em que a obra, enquanto texto a ser lido; leitor, em reação à obra; e

autor, em reação às reações à sua obra, forma um “drama”<sup>1</sup> particular.

Na complexa montagem desse drama filosófico e, por que não, literário, a cena que parece ter suscitado maior atenção dos espectadores-leitores, ofuscando outras, refere-se ao conceito de “paradigma”. Referindo-se ao legado “hegemônico” do filósofo, diz Araújo (2022: 18): “(...) o que fica de Kuhn, de sua obra, seria preciso reconhecer, é o ‘paradigma’. Melhor dizendo: a noção de paradigma, ou certa noção de paradigma (...)”. Essa cena, ou noção, ou conceito, constituiu-se, na maior parte das situações, como

<sup>1</sup> Ao longo do capítulo, a leitura do legado de Thomas Kuhn como “drama” tem ponto alto no momento em que Araújo (2022) desenvolve uma situação imaginada pelo próprio Kuhn em um de seus muitos textos de resposta às reações de leitores da *Structure*: “Na fantasia, reconhece Kuhn (...), dividem-se dois grupos de leitores de *Structure*. Os integrantes do segundo grupo seriam os leitores de Kuhn<sub>2</sub>, isto é, aqueles cuja leitura de *Structure* seria tão discrepante que, para todos os efeitos, é como se estivessem lendo um “outro livro com o mesmo título”. Mas discrepante de quê? Da leitura feita pelos integrantes do primeiro grupo: os leitores de Kuhn<sub>1</sub>, autor da *Structure* ‘original’” (Araújo, 2022, p. 38-39). Adiante, Araújo (2022, p. 40) desenvolve o quadro: “(...) permitamo-nos dissociar o terceiro Kuhn (o leitor de *Structure*) de Kuhn<sub>1</sub>, [autor da *Structure* ‘original’], chamando-o de Kuhn<sub>3</sub>. É Kuhn<sub>3</sub>, o leitor, quem enuncia a fantasia em questão, ainda que assumindo ares de um metaleitor pretensamente objetivo que classificasse ‘de fora’ as leituras diversas de *Structure*, distribuindo papéis, separando os leitores em grupos”.

um drama à parte para Kuhn, enquanto autor, e para seus muitos leitores, especializados ou não:

Considerando-se as referidas tentativas kuhnianas de revisão terminológica como uma espécie de testamento intelectual contendo uma determinação expressa do autor sobre o emprego correto de “paradigma”, constataríamos, no que se refere a Kuhn, uma verdadeira discrepância entre o legado do autor – isto é, o que ele deliberadamente nos deixou “por testamento” – e o que efetivamente ficou desse autor, o que a tradição acabou por vincular, ao modo de um arquivamento, a seu nome e ao nome de seu livro (Araújo, 2022: 25).

A polissemia e a dificuldade em fornecer definições precisas para o conceito é examinada e passada em revista por Araújo (2022), inclusive em suas controvérsias sociais e políticas, nas figuras, entre outros, de Giorgio Agamben, Margaret Masterman, Steve Fuller, John Horgan e do próprio Kuhn, em diferentes momentos de sua vida e de sua obra. Sobre isso, no que se refere à regulação de um legado único e estrito da *Structure* ou mesmo do conceito de “paradigma”, a despeito das e em resistência às múltiplas tentativas do autor-leitor Kuhn ou, nos termos de Araújo (2022), de um Kuhn, leitor de sua própria obra, Araújo (2022:25) argumenta, enquanto bom teórico da literatura que: “Não se trataria, contudo, de simplesmente restituir (acredi-

tando-se que alguma restituição pura e simples seja, afinal, possível) ao autor ou ao nome do autor o que lhe seria devido, por meio (...) do cumprimento tardio de suas determinações testamentais”. O legado, nesse sentido, está em jogo desde a publicação da obra, e será composto por uma multiplicidade de vozes, entre as quais aquelas enunciadas pelo próprio Kuhn, autor e leitor da *Structure*, como também leitor de leitores. Enquanto ator e autor da própria obra, “Kuhn adquiriu consciência de seu papel ativo no ‘terremoto *Structure*’ – e isso o perturbava” (Araújo, 2022: 41).

Ao fim do capítulo, Araújo (2022: 41) se questiona se “essa perturbação não se revelaria o ‘verdadeiro legado’ de Kuhn”. Não apenas a perturbação de Kuhn enquanto autor, mas a perturbação sísmica, para recuperar a imagem de Clifford Geertz utilizada por Araújo (2022), causada pela *Structure* em campos disciplinares e semânticos, em leitores de áreas tão diversas, que refluí, necessariamente, no próprio autor, o qual, por sua vez, tornou-se leitor de si e de outros, formando um legado enquanto círculo que volta constantemente sobre si mesmo.

Escolher herdar a perturbação de Kuhn implicaria conscientizar-se de que nenhuma pretensa herança “kuhniana” (ou qualquer outra), transmitir-se-ia assim, simplesmente, ao modo de alguma coisa que se nos apresenta pronta, bastando que dela nos apropriemos (nem

mesmo, é claro, a alegada herança da perturbação). (Araújo, 2022:46)

O legado na imagem de um círculo composto por vários elementos perturbando a si mesmo no tempo permitirá a Araújo (2022), por um lado, enfocar certo estado desse círculo-legado no tempo e no espaço, em vozes de atores constituintes do e constituídos pelo referido círculo e propor, por outro lado, uma (tentativa de) desestabilização do círculo para entrar, ele mesmo, na perturbação ecoada pelo drama.

No Capítulo 2, “Paradigmas nos estudos literários”, Araújo (2022) concentra sua atenção em um momento específico do círculo-legado da *Structure* de Kuhn: 1982, Portugal, estudos literários, especificamente a obra *Os universos da crítica* [1982], de Eduardo do Prado Coelho, revelando ser este “o próprio texto em vista do qual a questão do legado kuhniano haveria de se impor a mim como se impôs, incontornavelmente” (Araújo, 2022: 48). Sumariamente, a obra de Prado Coelho procura “determinar as ‘condições de aplicação’ do conceito de paradigma a domínios ‘outros’, para além do da ‘comunidade científica madura’ visada por Kuhn em *Structure*, mais especificamente ao domínio dos estudos literários” (Araújo, 2022:49).

Se Prado Coelho, 20 anos após a primeira publicação da *Structure*, visa estabelecer uma inesperada ponte entre história da crítica literária e história da ciência via Kuhn, especificamente a

partir do “paradigma”, estabelecendo, assim, uma “conexão entre teoria da literatura e filosofia/historiografia da ciência (...) sob o signo de certo legado kuhniano” (Araújo, 2022:52); por sua vez, 60 anos após a publicação da *Structure* e 40 anos após *Os universos da crítica*, Araújo (2022) não apenas reconstrói o inusitado objetivo de Prado Coelho via Kuhn, ou seja, o diálogo entre história da crítica e história da ciência, como o faz com e contra Kuhn e com e contra Prado Coelho, buscando girar, mais uma vez, essa parte do círculo-legado de Kuhn no âmbito dos estudos literários, desta vez além do paradigma, mas passando, necessariamente, pelo paradigma via Prado Coelho.

Ao reivindicar certa parte no legado histórico do paradigma de Kuhn que enfatiza “seu caráter inconsciente e (...) indefinível” (Araújo, 2022:56), após debater-se com e contra Kuhn e a já extensa fortuna crítica acumulada à época, procedimento seguido de perto por Araújo (2022) em sua obra, ainda que a partir de outro “pano de fundo”, reivindicando outro (possível) legado, Prado Coelho irá propor uma tipologia de paradigmas nos estudos literários, particularmente na crítica literária, quais sejam: filológico, comunicacional e metapsicológico. Será a partir dessa tipologia, aqui excessivamente simplificada, que o teórico português irá propor uma “aplicação” dos referidos paradigmas na história da crítica. Entre passagens e sucessões históricas,

conforme expõe Araújo (2022: 63), “a possibilidade de progresso/evolução em Prado Coelho estabelece-se, necessariamente, na passagem do paradigma filológico ao metapsicológico (passando pelo comunicacional)”, considerando que apenas “a perspectiva dita metapsicológica alcançaria o ‘literário’ ou o ‘estético’ na sua essência mesma” (Araújo, 2022:63). Para Prado Coelho, o esquema, assumidamente teleológico, justifica-se por um imperativo ético e político, em oposição a poderes constituídos e em favor de uma dimensão estética da vida e dos textos.

Em reação à teleologia histórica dos paradigmas teórico-críticos proposta por Prado Coelho, Araújo (2022:66) questiona de modo arguto: “(...) qual o papel, afinal, de uma História da Crítica que se limitasse a ‘ilustrar’, por assim dizer, certo ‘progresso’, mais do que simplesmente previsto, mas efetivamente programado por conta das convicções epistemológicas e éticas do historiador?”. Recolocando a *Structure* de Kuhn em enquadramento, em comparação e em contraste, para responder a questão suscitada pela obra de Prado Coelho, Araújo (2022) irá realizar um salto, transportando à própria *Structure* kuhniana o problema identificado no “paradigma” do teórico português: a problemática relação entre teoria e história. Enquanto “(...) Prado Coelho nos oferece, de partida, uma teoria da crítica ‘eticamente’ fundamentada, fazendo dela derivar uma história da crítica cujas pretensas “iluminações”

não passariam de projeções de um esquema historiográfico a ilustrar e a confirmar a referida teoria a priori”, Kuhn, por outro lado, “(...) teria feito derivar da própria história da ciência (e não o contrário) uma teoria a implicar uma imagem nova da ciência e da atividade científica” (Araújo, 2022:68).

Segundo e maior “miolo” da obra, será no Capítulo 3 (“Que papel para qual história?”) que Araújo (2022) arrisca, de modo explícito, uma “entrada” no círculo-legado da *Structure*, quase sempre contra, mas também sempre com Kuhn, indagando a problemática identificada em Prado Coelho. A proposição de um legado além do paradigma, portanto, se dá mediante uma dupla leitura, não prescindindo do tão controverso conceito kuhniano, mas descendo ainda um nível na escala teórica, isto é, mergulhando nas próprias pressuposições que o embasam filosoficamente. Passa-se, assim, a um só tempo, conforme anuncia Araújo (2022: 15) já na entrada da obra, “ademais do paradigma; (...) [e] mais adiante do paradigma”.

(...) para Kuhn, “paradigma” era um nome possível para a “novidade” – e se, a esse respeito, poder-se-ia muito bem prescindir do nome, eventualmente substituí-lo por outro(s), como o próprio Kuhn tentou fazer, o mesmo não se poderia dizer da “coisa”, de modo que a indagação verdadeiramente necessária seria pela gênese da “novidade” em Kuhn, indagação a remeter, incontorná-

velmente, para a questão da relação entre teoria e história em *Structure* (Araújo, 2022: 69).

Tal como nos capítulos anteriores, em que o legado histórico do paradigma de Kuhn é analisado a partir de uma leitura de leituras outras, o problema da relação entre teoria e história na *Structure* é analisado, igualmente, em contraste e em comparação com textos seminais de Imre Lakatos e Hayden White, além das variações de posições assumidas pelo próprio Kuhn ao longo de sua obra, fazendo conviver, ao longo de boa parte do capítulo, áreas e tradições quase sempre distantes, quando não abertamente antagônicas, como uma filosofia analítica da ciência e uma teoria da história de cunho pós-estruturalista.

Nesse cenário, a *Structure* kuhniana, para Araújo (2022), propõe uma solução fecunda à clássica tensão: ao voltar-se para o passado, o filósofo ou o historiador não deveria assumir princípios, teorias ou quadros de categorias *a priori* para interpretar os fatos e os eventos, mas, inversamente, “buscar[ia] reconstituir intrinsecamente cada tradição científica do passado, em sua estrutura e integridade mesmas, evitando avaliá-las à luz de alguma baliza epistemológica contemporânea (e, portanto, estranha a ela)” (Araújo, 2022:75). A consequência desse deslocamento, para Kuhn, seria um “despertar historiográfico” do qual emergia “uma transformação do próprio modo como

concebemos ‘ciência’ e ‘cientificidade’: em suma, uma nova ‘imagem de ciência” (Araújo, 2022:72). Apenas aparentemente simples, e excessivamente simplificada na presente resenha, seria possível questionar em que medida a proposta kuhniana se distingue, por exemplo, de uma almejada neutralidade do pesquisador em face de seu objeto de pesquisa. Entrevendo a complexidade da questão, Araújo (2022:72) não se limita a expor a proposta de Kuhn, mas tanto investiga as “(possíveis) consequências (...) [e as] (necessárias) condições de um tal despertar historiográfico”, como demonstra o modo pelo qual o filósofo realiza o deslocamento proposto.

Ao se voltar para o passado, seja através de documentos, textos ou objetos, Kuhn, operando por exemplos e “estudos de caso”, não constrói um raciocínio por dedução, indução ou abdução, mas por analogia, tendo em vista “(...) uma singularidade que se repete como singularidade, isto é, na ausência de uma regra *a priori*, e que, em virtude dessa repetibilidade mesma, delinea algo como um padrão” (Araújo, 2022: 128). O filósofo divisa, analogicamente, um “reconhecimento a posteriori de certa coesão, de certa unidade dos ‘estudos de caso’ (...), mas tratar-se-ia, agora, de uma unidade na multiplicidade” (Araújo, 2022: 128). A relação entre princípios e fatos ou, em termos mais amplos, entre teoria e história ou, ainda, entre geral e particular, na *Structure* kuhniana, não está pressu-

posta a priori, mas é colocada em questão, em definição, em suspensão:

No ponto em que Kuhn se encontra quando, visando subsumir certo caso em certo princípio, de modo a fornecer, com isso, um exemplo, percebe que o mesmo caso pode ser subsumido a dois (ou mais) princípios diferentes e divergentes, com conseqüências também diferentes e divergentes, e que isso requer uma decisão, nesse ponto, em suma, ele não dispõe, ele “ainda não” dispõe de uma teoria propriamente dita. Isso porque a posse prévia de uma teoria eliminaria, na verdade, a possibilidade e a necessidade de uma decisão, já que a própria existência de uma teoria como tal parece mesmo pressupor que a decisão que importa já tenha sido tomada. A teoria pode ser assim encarada justamente como aquilo sob cujo abrigo não há ruído no caminho que leva do caso particular ao princípio geral que o subsume, encontrando-se garantida, com isso, a exemplaridade do exemplo (Araújo, 2022:130).

Se não há um princípio geral e abstrato assumido *a priori*, como a racionalidade em Lakatos ou a eticidade em Prado Coelho, nem por isso o movimento kuhniano implica um aceno à neutralidade ou à neutralização (em que a negação à teoria torna-se ela mesma uma decisão, uma escolha e, por conseqüência, uma teoria pressuposta), mas, sim, nos termos de Araújo (2022), uma “suspensão da crença”, posição em que qualquer princípio, teoria, conceito

ou categoria, colocadas em suspensão, são, por isso mesmo, possíveis. Não há, portanto, negação ou ausência da teoria em geral ou qualquer teoria específica na *Structure*, mas, ao contrário, conforme argumenta Araújo (2022: 131), um movimento de “desnaturalização da teoria, isto é, o evidenciamento da teoria como teoria; (...) [e de] historicização da teoria: a indagação por sua gênese ou emergência desembocando em um plano onde ela não mais/ainda não é uma teoria”. Ao desnaturalizar um princípio teórico, isto é, não o tratando como dado natural e necessariamente correspondente à “própria natureza do conhecimento” (Araújo, 2022: 134), afasta-se um suposto caráter universal e atemporal de qualquer teoria, implicando, assim, na emergência de sua historicidade enquanto tal. Não se trata, na *Structure* de Kuhn ou, mais precisamente, na proposta de Araújo (2022) via Kuhn, de uma recusa à possibilidade de verdades científicas e/ou filosóficas, mas precisamente no reconhecimento de que, sendo elas possíveis, serão igualmente históricas, provisórias, possíveis.

Desrecalcar a historicidade de respostas-teorias naturalizadas em razão de sua institucionalização e, no mesmo gesto, desrecalcar possibilidades outras de respostas às mesmas questões: esse o verdadeiro papel desempenhado pela história, ou, antes, pela historiografia, por certa operação historiográfica na obra de Kuhn (Araújo, 2022:137).

A “suspensão da crença” como uma saída à tensão entre teoria e história, da ciência, da filosofia, da literatura, da crítica literária, e, portanto, como uma proposta iluminadora de se fazer teoria e historiografia, possui implicações a um só tempo epistemológicas e políticas, visto que qualquer teoria, nessa posição, “só pode delinear-se como tal em contraste com possibilidades outras” (Araújo, 2022: 137). Emerge, nesse sentido, um caráter eminentemente contra-hegemônico na operação realizada por Kuhn ou, de modo específico, à parte do círculo-legado kuhniano “reinvidicada” por Araújo (2022) a partir de uma leitura crítica da *Structure*, ela mesma suspensiva de uma crença comum no legado histórico do paradigma.

A esse respeito, isto é, ao caráter contestatório e contra-hegemônico da *Structure* kuhniana, é impossível não nos remetermos à obra precedente de Araújo (2020), *Teoria da Literatura e História da Crítica*, que, se lida retrospectivamente, poderia ser tomada como uma exemplar historiografia da crítica em que a “suspensão da crença” kuhniana está em operação em sentido radical: desde o raciocínio analógico remetendo, intertextualmente, à Terceira crítica kantiana como marco de uma “modernidade crítica” à desnaturalização e, portanto, à emergência da historicidade de um manual teórico-metodológico nos estudos literários como a *Theory of Literature* (1942), de René Wellek e Austin Warren. Não

espanta, assim, que Kuhn seja uma personagem fundamental da historiografia de Araújo (2020) ao lado de Jacques Derrida, aparecendo ambos, de modo privilegiado, na última seção da última parte da obra (“Monstruosidade/historicidade: por uma historiografia teratológica da crítica”), em que Araújo (2020) propõe, precisamente, uma modalidade de historiografia e de teoria (indissociáveis, como na *Structure* kuhniana) ali chamada de teratológica: “(...) um golpe de desmemória, (...) um monstruoso esquecimento em face dos ditos grandes marcos da teoria crítica ocidental, acarretando o desarquivamento, a reversão dos mesmos, até o ponto em que a crítica pudesse, então, uma vez mais, acontecer” (Araújo, 2020: 376).

O vocabulário de Araújo (2020, 2022), ora kuhniano, ora derridiano, transita entre áreas e abordagens tão diversas como a filosofia e a história da ciência anglo-saxã e o pós-estruturalismo francês, para não mencionar a hermenêutica de um Gadamer, que não deixa escapar: estamos diante de um projeto teórico ambicioso que, dando um passo atrás, ou, para falarmos além do(s) (antes do(s), após o(s)?) paradigma(s), realizando um movimento kuhniano de “suspensão da crença”, não descarta nem tampouco assume de antemão esta ou aquela abordagem teórica, este ou aquele método, esta ou aquela categoria, reconhecendo radicalmente sua historicidade enquanto resposta a determinadas

perguntas, em determinados contextos. Abre-se a modos múltiplos e diversos de fazer teoria, sem renunciar a uma posição, mas tampouco a tratando como óbvia e natural, a única possível. Reivindica-se a radical historicidade da teoria enquanto tal. Abre-se a e reivindica-se, enfim, um espaço agonístico de possibilidades, a complexidade dos textos, a complexidade da vida.

*Luis Gustavo de Paiva Faria*

[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_14\\_16](https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_16)

#### REFERÊNCIAS

- Araújo, Nabil (2013). Textos-leitura, efeito de montagem: O evento comparatista. *Em Tese*, 19.2: 238-251.
- (2014). “Literariedade, veridicção, historicidade: Habermas, Derrida e a questão do “Nivelamento da diferença de gênero entre filosofia e literatura”, in Roberto Said e Luiz Fernando Ferreira Sá. *Jacques Derrida: Entreatos de Leitura e Literatura* (pp. 87-129) São Paulo: Ateliê Editorial.
- (2020). *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- (2022). *Além do paradigma: (sobre o legado de Thomas Kuhn)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Barthes, Roland (1988). Escrever a leitura, in *O rumor da língua* (pp. 40-42). Trad. de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense.
- Calvino, Italo (1993). *Por que ler os clássicos*. Trad. de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras.

Derrida, Jacques (2005). “Fidelidade a mais de um – Merecer herdar onde a genealogia falta”, in Paulo Ottoni, *Tradução manifesta: double bind & acontecimento* (pp. 167-198). Tradução de Paulo Ottoni. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp.

#### **JAGUARETAMA: O MUNDO IMPERCEPTÍVEL DE “MEU TIO O IAURATÊ”**

**Carolina Correia dos Santos**

**Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2022.**

**141 páginas.**

Em *Jaguetama: O mundo imperceptível de “Meu tio o Iauratê”*, Carolina Correia dos Santos persegue textualmente a ideia de que o feminismo, como escreveu Paul B. Preciado, não é um humanismo. Dividido em três capítulos, o livro tem como eixo central a novela de Guimarães Rosa e sua vasta fortuna crítica, mas é uma pergunta bastante simples que coloca o dispositivo ensaístico em movimento: e se lêssemos o final de “Meu tio o Iauratê” de outra forma? Se sobrevivesse o onceiro-tornado-onça e não o branco forasteiro? As formas de responder à pergunta não se encerram no conto, mas apontam para os modos de leitura que narram as histórias da literatura e da nação – e de sua intersecção – em sua opção pelo moderno e pelo humano. No livro de Santos, o feminismo é mobilizado como uma posicionalidade que permite tomadas de deci-